

AS TRIBOS DE ISRAEL: EXEMPLO HISTÓRICO DE EMPODERAMENTO DOS MARGINALIZADOS

*William César de Andrade**

As narrativas bíblicas que tratam do período tribal em Israel apresentam um processo de ampla duração histórica, quando os pobres, em grande parte migrantes, se recusaram a continuar submissos ao império egípcio e seus operadores regionais – os reis em Canaã. Por quase 200 anos as tribos resistiram ao estado tributário e aos diversos mecanismos sociais, econômicos, religiosos e políticos que o sustentavam. Fizeram isso a partir de uma experiência ampla de empoderamento, expressa nas diversas instituições vigentes nas tribos de Israel. Essa memória pode nos inspirar em nossas buscas por um outro mundo possível e necessário.

Palavras-chave: Empoderamento; Tribalismo; História de Israel

Introdução:

Diante dos desafios da globalização e mundialização econômica neoliberal, os movimentos populares e as diversas articulações que atuam em vista da construção de um “outro mundo possível e necessário” encontram sérias dificuldades em gerar formas de organização e poder que sejam alternativas ao modelo vigente, apresentado como único e desejável.

Não são de hoje as tentativas de imposição de caminhos únicos. Os impérios sempre se utilizaram de ideologias totalizantes e, por isso, avessas à crítica interna e a processos de mudança social, econômica e política. É fato conhecido como o império romano, no tempo de Jesus Cristo, fazia de seu discurso ideológico – a *Pax romana* – a única possibilidade de estabilidade social e desenvolvimento para os povos submetidos e/ou vinculados a Roma. A mesma lógica esteve presente na globalização helenista que se seguiu ao breve reinado de Alexandre (330-323 a.e.c). Simultaneamente

* Professor de antropologia da religião e ética na Universidade Católica de Brasília, membro do Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA-BR), da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (SOTER-GO) e da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR). Brasília / Brasil.

às vitórias dos 'gregos' nos campos de batalha ia ocorrendo a assimilação e/ou a destruição de resistências e identidades locais.

Hoje, bem como no passado, a expansão dos impérios e de seus interesses econômicos e políticos se faz à custa de pessoas e grupos humanos subalternizados, sendo muitos forçados à migração. Por um lado, a mobilidade dos pobres, ao contrário da mobilidade dos capitais e das elites mundiais, é vista como um problema e algo que precisa ser resolvido por leis severas de controle migratório. Por outro lado, perpetua-se nos países desenvolvidos uma significativa população de indocumentados e ilegais, usados, entre outras coisas, como mão de obra barata descartável e sem direitos sociais.

Na Bíblia encontram-se, além das memórias e feitos dos impérios (Egito, Assíria, Babilônia, Pérsia, Grécia e Roma), uma permanente presença de enfrentamentos a esses poderes e a seus aliados locais. Para muitos estudiosos da Bíblia a tradição literária é um indicativo de processos históricos de longa duração marcados pela Aliança entre os segmentos marginalizados e empobrecidos de Israel e a divindade, vista como dinamismo libertador e fonte geradora de uma nova ordem social, política, econômica e religiosa.

Na história de Israel, no período anterior às tribos, mas diretamente relacionado com seu surgimento, ocorre um período de extrema mobilidade humana. Isso fica evidenciado em alguns dos grupos que constituíram Israel, tais como:

- a) Os grupos seminômades por sua condição de pastores de rebanhos de pequeno porte (ovelhas e caprinos) viviam uma mobilidade cíclica em busca de pastagens e água. Sua movimentação é cíclica e percorre um território tradicionalmente estabelecido. Contudo, a expansão urbana em Canaã, bem como a presença de exércitos na região, tornam ainda mais difícil a continuidade de seu estilo de vida.
- b) Camponeses empobrecidos e sem condições de continuar a trabalhar a terra, vêem na migração para as montanhas de Canaã uma saída viável para se proteger das cidades-estado e fugir da cobrança dos tributos e das dívidas acumuladas. Migrantes internos estes pobres são vistos pelas autoridades como vagabundos, desordeiros e até mesmo bandidos perigosos (*hapirus*).
- c) No Egito, apesar de não ser grande o número de escravos, sua população é constituída por pobres de diversas etnias, que chegaram lá por dívidas ou mesmo como do espólio das guerras. São conhecidos pelos egípcios como hebreus = estrangeiros e não gozam de nenhum direito ou proteção social por parte do estado.

O grupo constituído por Míriam, Aarão e Moisés, juntamente com os chamados anciãos do povo, em sua origem é multiétnico, fruto dos deslocamentos populacionais forçados pelo império.

É esta realidade migratória e de opressão que leva Comblin a afirmar categoricamente que o povo que origina as tribos de Israel colocou-se a caminho e produziu uma organização social inovadora: “No Egito o povo de Israel é um povo de pobres, oprimidos, marginalizados. O povo que conquistou a terra de Canaã, destruiu as cidades-estados que aí predominavam e criou uma nova sociedade, era um povo de pobres”.¹

Israel em sua origem era ‘um povo’ de pobres diante da suntuosidade do Egito e seus faraós. O impossível, ou pelo menos improvável, ocorreu: os marginalizados derrotaram o opressor e abriram caminhos viáveis para a realização de um ‘outro mundo’. Para que essa possibilidade histórica de mudança e, portanto, ruptura com a ordem vigente pudesse existir, foi preciso um processo de empoderamento dos pobres. Uma definição simplificada de empoderamento pode fornecer elementos interessantes para essa reflexão:

...desenvolvimento das capacidades (*capabilities*) das pessoas pobres e excluídas e de suas organizações para transformar as relações de poder que limitam o acesso e as relações em geral com o Estado, o mercado e a sociedade civil. Assim, através do empoderamento visa-se que essas pessoas pobres e excluídas venham a superar as principais fontes de privação das liberdades, possam construir e escolher novas opções, possam implementar suas escolhas e se beneficiar delas.²

No Israel tribal, bem como no caminho percorrido pelos diversos grupos que nele resultaram, há diversas formas de superação das realidades que oprimiam os pobres e excluídos dentro do império egípcio. As relações de poder ao interior do movimento de libertação – que originou as tribos de Israel – tinham que ser qualitativamente diferenciadas da lógica dominante. Exemplo disso está no modo como a liderança entre os que caminharam pelo deserto foi estabelecida: “E Moisés escolheu homens capazes em todo o Israel, e os pôs por cabeças sobre o povo – chefes de 1000, chefes de 100, chefes de 50 e chefes de 10. E julgavam o povo a toda hora: as coisas pequenas julgavam eles.” (Ex 18,25-26).

Evidentemente as estratégias de empoderamento não estão dadas num determinado modelo. Elas brotam da realidade social concretamente vivida pelos segmentos sociais empobrecidos e alienados dos principais

¹ COMBLIN, José. “Os pobres como sujeito da história”, p. 40.

² ROMANO, Jorge O. *Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza*.

espaços de poder existentes numa determinada sociedade. Nas tribos de Israel é possível perceber algumas dessas estratégias, tais como:

- a) O estado tributário era representado pelo faraó e pelos reis das cidades-estado de Canaã, sendo que qualquer possibilidade de mudança passava necessariamente pela ruptura com estes governantes. Daí a busca por um poder político não centralizado e nem mesmo hereditário;
- b) A dominação exercida pelo estado tributário se dava a partir de dois canais, a coerção aos opositores e o controle ideológico dos subalternos realizado em grande parte pelo sistema religioso centralizado nos templos e nos ciclos da natureza. A superação da dominação passava necessariamente pela capacidade de resistir ao faraó e seus sequazes e de produzir um novo conjunto de experiências religiosas que legitimassem esse processo;
- c) O estado tributário detinha em suas mãos o controle em torno dos meios de produção da época (a terra, a mão de obra) bem como da distribuição/comercialização dos excedentes, por meio da corveia, dos dízimos pagos nos templos e de outras taxações. Para que as tribos fossem uma efetiva alternativa de poder dos empobrecidos essa lógica não poderia existir.

Estas e outras questões relativas ao empoderamento dos grupos/segmentos sociais que originaram o Israel tribal estarão presentes na sequência desta reflexão, de modo que, ao se fazer memória dos relatos bíblicos desta experiência popular de resistência e efetiva construção de um 'outro mundo possível', também possamos nos desafiar a fazer o mesmo em nossa realidade atual.

O lugar das tribos no oriente antigo

Uma afirmação central sobre as tribos é, sem dúvida, seu caráter de oposição ao estado, no modo como ele estava organizado na região de Canaã. Schwantes explicita essa relação de oposição ao afirmar que: "Nestes últimos tempos, voltamos a entender o tribalismo como uma estrutura social e econômica oposta ao tributarismo estatal. Neste caso não existe transição 'natural' de um ao outro, pois o tribalismo não é um sistema pré-estado, ele é antiestado".³

³ SCHWANTES, Milton. *As monarquias no Antigo Israel*. Um roteiro de pesquisa histórica e arqueológica, p. 11.

As tribos foram uma proposta real e efetiva de enfrentamento do modelo dominante de organização da sociedade ao efetivar novas relações sociais, econômicas, políticas e religiosas. Ainda que existam grandes divergências entre os estudiosos da história de Israel quanto ao modo como as tribos agiam enquanto entidade política, é consensual a percepção de que no período tribal houve uma articulação entre tribos e há inúmeros relatos bíblicos que sustentam essa posição, como por exemplo Js 24; Jz 4 e 5, dentre outros.

O enfraquecimento do controle egípcio sobre a região de Canaã é apontado como um dos fatores significativos para a crise que se estabeleceu na região. Nas correspondências de Tell El Amarna, enviadas por alguns reis das cidades-estado, aparecia o clima de intranquilidade e violência local. Um historiador faz um balanço da situação ao estudar essas cartas: “Os vassalos mandam cartas hipócritas de submissão a Tebas ou a ‘horizonte de Atom’ (Tell El Amarna); outros, desesperados, imploram sem êxito por socorro militar contra usurpadores, *hapiru*, nômades *sutu* e sabe-se lá quem”.⁴

Os *hapirus* sempre têm sido relacionados às tribos de Israel. Alguns autores acreditam que esse termo pode ser usado como equivalente a hebreu. Entretanto, é preciso ressaltar que os *hapirus* eram claramente apresentados como inimigos do império Egípcio e aparecem em textos antigos, tais como o de Tell El Amarna, atacando cidades em Canaã, atuando como mercenários ou em interesse próprio. Não se submetem ao controle de ninguém e usam o deserto como seu principal lugar de refúgio. O grupo de Moisés certamente se assemelha em diversos aspectos aos *hapirus*.

Outro fator que precisa ser levado em conta foi a pauperização da população local, que efetivamente ficou sem condições de cumprir com as obrigações econômicas (a corveia e outros tipos de tributos) e não usufruía da proteção que originalmente as cidades-estado prometiam aos camponeses que estavam estabelecidos em suas proximidades. Schwantes detalha as consequências advindas desta conjuntura:

Não podendo aumentar os tributos ou até não tendo o que arrecadar, o estado aperfeiçoa a corveia, de sorte que o agricultor passa a trabalhar mais intensamente para os senhores da cidade; (2) não podendo pagar seus tributos e suas dívidas, o camponês é pressionado para dentro da escravidão, isto é, vende a si mesmo e a sua família para saldar as dívidas em tributos e empréstimos.⁵

⁴ DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. Dos primórdios até a formação do estado, p. 43.

⁵ SCHWANTES, Milton. *História de Israel*. Local e origens, p. 49.

Em síntese, as tribos estão em estreita conexão entre a resistência ao opressor egípcio, a caminhada pelo deserto e o início das tribos em Canaã. Este processo fundamentou-se numa compreensão diferenciada sobre Deus, de tal modo que o Altíssimo, será o Senhor dos escravos, das prostitutas (veja a história de Raab em Js 2 e 6), dos seminômades (como era o povo de Jetro, o sogro de Moisés) e dos camponeses marginalizados em Canaã. A Aliança com o Altíssimo será um dos temas fundamentais na história e na religião do povo de Israel.

O período tribal em Israel durou aproximadamente 200 anos, indo de 1250 a 1050 a.C, sendo que pouco conhecemos sobre o cotidiano das tribos, pois os textos bíblicos que tratam desse período, em sua maioria, foram escritos bem posteriormente aos acontecimentos e, quase sempre, olhavam para o passado como um momento difícil e confuso de Israel, marcado por muitas guerras – os principais juízes foram também chefes militares. Entretanto, pode-se afirmar que nas tribos deu-se continuidade ao caminho iniciado com o êxodo.

A organização social tribal

A tribo, em geral, é o conjunto de clãs que possuem em comum os antepassados, as divindades e o território que ocupam. Winters detalha o que estava na base dessa sociedade:

Na sociedade agrária do Israel pré-monárquico a unidade básica era a família extensa, denominada geralmente *bet-'ab* (PL. *bet-'abot*) ou casa paterna, embora às vezes apareça também o termo *bet-'im*, casa materna. Este grupo normalmente se baseava em relações de sangue e consistia em duas ou mais famílias nucleares que incluíam várias gerações de parentes. O *bet-'ab* pode ter abrangido até cinquenta ou cem pessoas no total, embora os problemas de doença, guerra, fome e esterilidade significassem que muitas famílias contavam com números mais reduzidos e lutavam para sobreviver.⁶

A família em sua expressão mais ampla – os clãs – está na base da sociedade. É a partir dela que se organizam a vida econômica, o culto, o recrutamento para as guerras e também a própria política. Enquanto conjunto de famílias extensas (*mispahah*) cada tribo perpetua a memória de um pai e mãe fundadores do povo, busca controlar um território, estabelece lugares coletivos de culto – um santuário – e se mantém em contato com as demais tribos existentes na vizinhança. É isso que está presente na imagem dos 12 filhos de Jacó como fundadores das doze tribos. A *mispahah* deve ser

⁶ WINTERS, Alícia. “O Goel no Antigo Israel”, p. 19.

entendida também como uma associação protetora e tinha várias funções de proteção e de continuidade dos direitos sociais entre as famílias:

Essa união pretendia proteger as famílias, quando estas enfraqueciam ou empobreciam. Às vezes o enfraquecimento se dava por falta de filhos. Neste caso, a associação protetora devia preocupar-se com casamentos e com a descendência. Outras vezes famílias empobrecidas perdiam o direito à terra por causa de dívidas ou da morte dos homens. Mulheres não tinham direito à terra. Neste caso, a associação devia resgatar a propriedade da família. Um bom exemplo disto encontramos no livro de Rute.⁷

É visível nos dez mandamentos, também conhecidos como as dez palavras (Ex 20; Dt 5,22ss), aspectos relevantes da ordem social tribal, e, por isso, eles podem ser considerados como a “carta magna” de Israel. Os mandamentos são codificação fundante para o conjunto das leis que Israel foi elaborando ao longo de sua história. Mesters, numa linguagem bem simples e direta, indica o que estava na origem destes mandamentos:

A Bíblia diz que Deus ‘conhece as angústias’ do seu povo. Ele ouviu o clamor e escudou nele várias angústias (Ex 3,7). Em cada angústia descobriu uma causa. Para cada causa, por assim dizer, ele colocou uma lei, um mandamento. Assim, cada mandamento combate uma das muitas causas de opressão que faziam o povo chorar e gritar lá no Egito e, até hoje, fazem o povo chorar e gritar no Egito de sempre!⁸

As angústias trazidas por uma realidade de exclusão social e subalternidade de povos inteiros – mencionados de forma esquemática a partir dos pais fundadores de tribos, num longo processo de resistência – abriu caminho a uma nova ordem e jurisprudência. Nos ‘mandamentos’ estão os fundamentos de todo o ordenamento jurídico, as bases do direito consuetudinário em Israel. É claro que a constituição destes dez mandamentos deve ser vista como algo processual e de longa duração⁹, e entre muitos aspectos, comum a todas as sociedades humanas, daí alguns afirmarem que são leis “naturais”. A linguagem bíblica situa o surgimento destes mandamentos no contexto da revelação no monte Sinai, e os vincula a Moisés, considerado pelo povo como o seu maior legislador.

⁷ DREHER, Carlos A. *O livro de Juizes*. Um subsídio para a sua leitura, p. 19.

⁸ MESTERS, Carlos. *Os dez mandamentos*. Ferramenta da comunidade, p. 12.

⁹ WESTERMANN, Claus. *Teologia do Antigo Testamento*. O autor reconhece que os códigos legais formaram-se aos poucos e trabalha com uma noção interessante de mandamento, lei e preceitos, de modo que: “pela forma...o mandamento é simples: ‘Não farás...’; a lei é dupla, composta de fato e da conseqüência legal: Quem fizer tal coisa, terá que arcar com tal ou tal conseqüência. O preceito é evento direto entre Deus e o homem, orientação ou indicação do caminho a seguir (cf. Gn 12,1); a lei, porém, é sempre ligada a uma instituição humana em dependência de uma instância executiva” (p. 152).

Nos dez mandamentos encontramos preceitos que legislam sobre a totalidade da vida social daquela época, mas esquematicamente podemos situá-los com relação à divindade, aos grupos primários e à ordem social:

- Mandamentos referentes à relação com Deus: exigem fidelidade absoluta ao Santo e único Deus, proíbem a idolatria e o fabrico de imagens. Estes mandamentos têm sua origem no processo de libertação dos escravos no Egito - Êxodo, na consolidação da Aliança tribal na Palestina em oposição às cidades-estado cananeias, e de modo tardio na afirmação do Todo Poderoso como o Deus do Estado de Israel, no período monárquico. Entretanto, é preciso salientar que só se pode afirmar o monoteísmo como uma fé típica do povo judeu após o século IV a.e.c, com as atuações de Esdras e Neemias.
- Mandamentos referentes à relação com os grupos primários: a família e o clã - *mishparat*, constituem a base de todo o Israel tribal e a própria sobrevivência do grupo está condicionada à continuidade da solidariedade e da fraternidade entre as diversas famílias. Mandamentos como honrar pai e mãe, não matar etc., fundamentam vínculos que estabelecem limites à violência interna e asseguram em termos igualitários a aplicação da justiça nas tribos. A figura do Go'el (vingador, defensor de sangue) funciona como mediador entre os conflitos e porta voz dos mais fracos ou menos favorecidos¹⁰. O livro de Rute demonstra o quanto podia ser feito pelo Go'el.
- Mandamentos referentes à ordem social mais ampla: aqui se legisla sobre a propriedade e o necessário cuidado para não se romper o delicado equilíbrio social. Preservar os bens pessoais, incluindo-se aqui esposa e filhos é efetivamente garantir ao interno das famílias e das tribos um mínimo de paz.

Este ordenamento jurídico de fato nasce na sociedade tribal, mas continua sua formulação no decorrer do período monárquico de Israel. Deste modo, livros como o Levítico e o Deuteronômio expressam o processo histórico de codificação da justiça em Israel. As leis continuaram a ser elaboradas na medida em que novas situações iam surgindo, igualmente ia-se reformulando a própria legislação.

¹⁰ Algumas referências sobre a figura do go'el e sua atuação em Israel: WINTERS, Alicia, *op. cit.*; LÓPEZ, Rolando. "Redenção da terra e do povo".

Tendo em vista a historicidade do processo que gerou os mandamentos bíblicos, devemos evitar a mera transposição literal dos textos para o dia de hoje. Crusemann não deixa dúvidas a respeito disso:

Na aplicação do Decálogo a outros tempos e a outras pessoas, deve-se atentar para o fato de que, originalmente, ele se destinava a pessoas libertas, contendo regras para a preservação da liberdade: o Decálogo não deve se tornar um instrumento de subjugação, domesticação e privação da liberdade.¹¹

A organização econômica tribal

No aspecto econômico o ponto de partida é a inexistência da propriedade privada da terra. Segundo Dreher

na sociedade tribal não existe propriedade privada. O meio de produção é sempre coletivo. A terra entre os camponeses, ou as pastagens e rebanhos entre os pastores, são sempre propriedade do clã ou da tribo, o que quer dizer, de toda a comunidade. A única condição para que as pessoas possam fazer uso dos meios de produção e do seu produto é que pertençam à comunidade.¹²

A terra não pertence a nenhum segmento da elite (reis, nobres, sacerdotes, comerciantes) e sua propriedade está nas mãos da própria divindade: a terra é promessa (cf. Gn 12,6), esperança de fartura (cf. Ex 3,8) e herança do Eterno (cf. 1Rs 21). Um relato bíblico, colocado ainda no caminho pelo deserto, explicita como é que devia funcionar a economia nas tribos. Em Ex 16 estão afirmadas as condições básicas para que o *maná* continuasse a existir: a) recolher a porção adequada para cada dia (v. 4.16); b) coletar na sexta-feira o dobro de modo a que ninguém trabalhe em dia de sábado; c) não acumular em hipótese alguma (v. 20).

É evidente que não acumular riquezas era algo muito difícil de ser implementado, pois era prática corrente nos impérios, nas relações mercantis e mesmo dentro de muitas famílias da época. Para que o 'projeto' das tribos seguisse adiante foi afirmado um anátema, uma proibição religiosa em torno da acumulação de riquezas. Em Js 7 isso aparece na narrativa sobre Akan e os despojos de guerra: "e vi entre os despojos um bom manto babilônico e 200 siclos de prata e uma cunha de ouro do peso de 50 siclos; cobicei-os e os tomei, e eis que estão escondidos na terra, no meio da minha tenda, e a prata está debaixo dela" (Js 7,21).

¹¹ CRÜSEMANN, Frank. *Preservação da liberdade*. O decálogo numa perspectiva histórico-social, p. 73.

¹² DREHER, Carlos, *op. cit.*, p. 18.

Mas como resolver o problema do excedente de produção?

As tribos, mesmo não tendo boas condições de produção, se comparadas às cidades-estado das planícies de Canaã ou aos impérios do Egito e da Mesopotâmia (constituídos a partir do controle das águas), desenvolviam uma produção razoável de cereais (trigo e cevada), frutas (uvas e azeitonas), criação de gado miúdo (ovelhas e cabras), além de um significativo artesanato. Dentro desta realidade, apesar de pequeno, podia surgir algum excedente. Nestas ocasiões segundo Dreher: “Quando a produção é maior do que a necessidade, organizam-se festas, para consumir o excedente. Com isso, busca-se evitar que pessoas ou grupos possam acumular o produto para si, enriquecendo mais do que os outros”.¹³

Sem nenhuma idealização o próprio texto bíblico indicará que no decorrer dos 200 anos de experiência tribal houve até mesmo autoridades do povo que chegaram a acumular riquezas. No livro dos Juízes são mencionados Gedeão (Jz 8,22-27), Ibsan (Jz 12,8-10) e Abdon (Jz 12,13-15) que efetivamente tiveram em suas mãos ouro, prata, jumentos e a possibilidade do controle de cidades e casamentos arrançados para seus filhos e filhas.

A igualdade em torno da produção, da distribuição e da circulação da riqueza nas tribos é condição fundamental para a sobrevivência desse modelo alternativo. A desigualdade no econômico se estendia no estado tributário a toda a sociedade.

No estado tributário havia centralização do poder nas mãos dos reis, na elite que estava na corte, nos templos e no exército. O estado se sustentava a partir da cobrança de impostos/tributos/taxas, em diferentes formas. Assim, havia a corveia – trabalho obrigatório executado por uma parcela do povo a serviço das obras e/ou outros investimentos do Estado; havia também impostos em produtos – tanto da lavoura, quanto da pecuária e existiam taxas e impostos diversos que deveriam ser pagos em dinheiro, incluindo-se aqui os dízimos pagos aos templos.

Nas tribos havia a possibilidade da escravidão por dívidas, como existia nas mais sociedades da época. Era possível também que uma família perdesse seus direitos de trabalhar a terra. Entretanto isso não resultava em escravidão e perda da terra por toda a vida. O resgate das pessoas e das terras no ano sabático e no jubileu fazia parte das obrigações sociais e religiosas tribais:

a) O cancelamento das dívidas:

Ao fim de cada 7 anos farás o ano sabático. E este é o modo do ano sabático: que todo credor que emprestou a seu companheiro o deixar; não reclamará

¹³ *Ibidem*.

a seu companheiro nem a seu irmão, porque chegou o ano sabático para o Eterno. (Dt 15,1-2)

b) A alforria dos escravos:

Se for vendido a ti teu irmão, o hebreu (ou tua irmã, a hebreia), servirá a ti 6 anos, e no 7º ano o deixará livre de ti. E quando o deixares ir livre de ti, não o deixará ir de mãos vazias. Carregá-lo-as, fornecendo-lhe do teu rebanho, da tua eira e do teu depósito de vinho; e do que te abençoou o Eterno, teu Deus, lhe darás. (Dt 15,12-14)

c) A libertação da terra:

E a terra não será vendida em perpetuidade, porque a terra é minha, pois vós sois peregrinos e moradores da terra para mim. E em toda a terra de vossa possessão concedereis redenção à terra. (Lv 25,23-24)

Não há consenso entre os estudiosos da história de Israel se as leis relativas ao sabático e ao jubileu foram efetivamente aplicadas, mas sua presença no livro sagrado indica que algum peso essas tradições tiveram e, por isso, ficaram na memória do povo. É possível ao leitor de hoje afirmar que as tradições do sabático e do jubileu fundamentam experiências de empoderamento dos camponeses israelitas e o funcionamento de estruturas de proteção social dos mais fragilizados na sociedade tribal.

A organização política nas tribos

Os impérios da época (Egito, Mitanni, Assíria, Babilônia e os hititas) estão organizados como estados tributários. No território colonial estão como vassalos os reis das cidades-estado, que na prática reproduzem em suas sociedades a mesma estrutura existente no centro metropolitano. Balancin descreve as cidades-estado como

uma cidade governada por um rei. Era independente, como se fosse um pequeno país, cercada de muralhas para evitar as invasões dos inimigos. Tinha uma parte alta, chamada acrópole, onde ficava o palácio do rei, o templo, e onde morava a classe dominante, gente da elite. Na parte baixa ficava o mercado e o casario de gente mais pobre, como pequenos comerciantes, artesãos e pessoal de segundo escalão. Ao redor da cidade havia terras cultivadas por camponeses, que aí moravam em casas pequenas, desprotegidos, pois estavam fora das muralhas. O rei dava certa proteção com soldados, mas exigia em troca completa submissão. Com seu trabalho e lavoura esses camponeses sustentavam os grandes, que viviam na parte alta, pagando a eles tributo. Na maioria das vezes, sobrava para eles muito pouco da colheita e, por isso, viviam como escravos e numa situação miserável.¹⁴

¹⁴ BALANCIN, Euclides M. *História do povo de Deus*, p. 11.

As cidades-estado em Canaã estão instaladas nas planícies e controlam os camponeses que ali se instalaram em função das terras férteis. É também nas planícies que se dá a passagem das caravanas de comércio. De fato em Canaã por volta de 1500 a.e.c as demais regiões – as matas que existiam nas montanhas, a estepe e o deserto – apresentavam grandes dificuldades para a sobrevivência de grupos humanos. Foi somente por volta do século XII que alguns aperfeiçoamentos tecnológicos (a introdução do ferro, o processo de caiação das cisternas e o uso do boi como parte da produção agrícola) permitiram uma significativa mudança na forma de povoamento da região.

Nas planícies estão as principais cidades-estado cananeias e filisteias¹⁵ da época. Os filisteus eram povos recém-chegados à região e tinham grande habilidade com a metalurgia do ferro. Eram guerreiros e suplantaram os reis locais no que tange ao controle da região, tornando-se inclusive o braço operacional do império egípcio. As dificuldades encontradas pelos exércitos populares em suplantar o inimigo filisteu serão apresentadas nos textos bíblicos como uma das grandes motivações para a necessidade de que houvesse um rei entre os israelitas: “e nós também seremos como todas as nações, e nosso rei nos julgará, e sairá diante de nós e fará as nossas guerras” (1Sm 8,20).

Os reis tinham a seu serviço um exército profissional, armado e organizado a partir de uma hierarquia estabelecida a partir das elites locais. Quando convinha aos reis, havia também a possibilidade de utilização de exércitos mercenários, cuja lealdade estava em relação direta aos benefícios e pagamentos obtidos na guerra. O próprio Davi esteve por um período como mercenário de Aquis, rei filisteu de Gat (cf. 1Sm 27). De fato ‘os valentes de Davi’ eram um exército permanente com 600 homens, e durante seu longo reinado em Israel, sempre estiveram presentes a seu serviço mercenários – os cereteus e os feleteus (cf. 2Sm 8,18).

No que se refere aos exércitos as tribos em Israel não possuíam tropas profissionais e/ou permanentemente constituídas. Dreher descreve brevemente como era esse exército:

Até o momento da convocação, tais guerreiros eram camponeses. Trabalhavam a terra com seus arados, de cujas relhas faziam espadas. De suas pequenas facas de podar videiras, faziam lanças, afixando-as a hastes de madeira (cf. Is 2,4; Mq 4,3; Jl 4,10). Depois da guerra, voltavam a seu trabalho normal.¹⁶

¹⁵ FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil A. *A Bíblia não tinha razão*. Ao referir-se aos filisteus afirma que eles eram: “grupo de migrantes do Egeu ou do leste do Mediterrâneo, estabeleceram seus povoaamentos na planície litorânea de Canaã algum tempo depois de 1200 a.C. Nos séculos XI e X, suas cidades prosperaram e continuaram a dominar a área durante parte considerável do período assírio” (p. 59).

¹⁶ DREHER, Carlos. A. “Resistência popular nos primórdios da monarquia israelita”, p. 60.

As narrativas em torno de Débora (Jz 4 e 5) relatam bem como funcionava o processo de constituição do exército popular e das dificuldades inerentes a sua articulação. Nestes textos fica evidente que nem todas as tribos responderam à solicitação de fornecerem homens para a guerra – de 10 tribos mencionadas somente 6 delas enviaram soldados – e, os motivos para a falta de solidariedade indicam que no dia a dia as tribos viviam realmente sem maiores vínculos umas com as outras. Dreher demonstra isso ao situar as tribos que não corresponderam ao chamado:

Tudo indica que a unidade real aconteça apenas sob a ameaça concreta que se abate sobre os camponeses. A iminência do confronto armado e a sua causa, a cobrança do tributo excessivo, parecem não dizer respeito às tribos omissas. Ruben é pastor de ovelhas (v. 16^a). Tem outro tipo de economia que não parece estar ameaçada. Dã é estrangeiro em navios (v. 17ab). Além de estar distante, tem outro tipo de trabalho. Lá no mar, seu sustento não está sendo posto em jogo. Gileade está do outro lado do Jordão (vv. 17aa), longe da área em conflito. Não tem motivos para envolver-se. E Aser? Está junto à costa dos mares, talvez a pescar ou, como Dã, a trabalhar em navios.¹⁷

Do mesmo modo que não existe uma centralização no processo de constituição do exército popular, a própria liderança intertribal também não segue os padrões hereditários da época – aplicados aos reis ou mesmo para segmentos sacerdotais. Destacam-se como instâncias de poder tribal a assembleia e os juízes.

As assembleias são constituídas no âmbito local a partir da vida em cada aldeia, podendo inclusive chegar a ter proporções tribais. Podem ocorrer com caráter cúlrico e de renovação de alianças religiosas (cf. Js 24), bem como com vistas a estabelecer estratégias de defesa das tribos. São formadas pelos anciãos – os chefes de cada família extensa – cujas intervenções vinculam todo o grupo por eles representado aos encaminhamentos e afirmações apresentado. Não se pode afirmar que essas assembleias eram populares, isto é, lugares onde todos os homens e mulheres adultos podiam expressar livremente seus pensamentos e igualmente se submetiam às decisões da maioria.

No livro dos Juízes são mencionados dois grupos de juízes como portadores de uma autoridade tribal e/ou pan-tribal. Não é fácil determinar exatamente as competências jurídicas e políticas presentes na distinção entre juízes menores e maiores, mas minimamente pode-se afirmar que os primeiros tinham como atribuição julgarem Israel e, no caso dos chamados maiores, sua função propriamente dita era serem libertadores do povo. Estes heróis do povo, independentemente da designação literária

¹⁷ *Idem*. *A formação social do Israel pré-estatal*, p. 23.

de juízes, tinham sido fundamentais para a sobrevivência política e para a continuidade da existência das tribos de Israel.

Os estudiosos do período tribal consideram que os textos bíblicos referentes aos juízes no decorrer da época tribal não reproduzem uma realidade histórica, isto é, tal como aconteceu, mas sim, uma releitura feita à época do rei Josias (640 a 609 a.e.c) conhecida como OHD – obra historiográfica Deuteronomista. Donner explicita como isso foi feito:

No programa e nas partes da moldura os deuteronomistas falam sempre de ameaças e salvamentos da existência do Israel todo na terra cultivada palestínense: o esquema deuteronomista se coloca desde o princípio sob uma perspectiva pan-israelita...Ademais, os deuteronomistas atribuíram aos Juízes Maiores, além de seu respectivo ato de salvamento, uma função permanente na política interna; pode-se dizer que os interpretaram conforme o modelo dos juízes menores.¹⁸

Não é possível atualmente reconstruir se os juízes, menores e maiores, tiveram uma atuação que efetivamente envolvia a todas as tribos de Israel. Também é de difícil afirmação o alcance, ou mesmo os limites, da moldura da OHD. O que fica evidenciado, em termos de partilha do poder e uma estrutura política diferenciada frente aos estados tributários estabelecidos, é a estreita relação entre a continuidade da sociedade tribal e de seu modelo de organização como uma ação realizada pelo Eterno, pois ele era o único e verdadeiro juiz e herói de Israel.

Tanto o estado tributário quanto as tribos em Israel são teocracias, a fonte última de poder está na divindade e/ou no panteão cultuado em cada sociedade. Entretanto, na origem de Israel há uma memória libertadora de escravos, pobres urbanos das cidades de Canaã, camponeses em fuga do tributo cobrado pelas cidades-estado e grupos de seminômades.

A organização religiosa nas tribos

A religião é o principal fator dentro da ideologia nos estados tributários, e mesmo a oposição a este tipo de organização da sociedade e das relações de produção também se dava em torno do horizonte religioso. A pergunta aqui não é se existia ou não fé religiosa, pois ela era sempre suposta, o que realmente contava é em que divindade, ou divindades, se acreditava e o que significava na prática prestar-lhe culto. Whitlelam destaca como isso acontecia naquela época:

Os estados só podiam sobreviver se conseguissem legitimidade, com frequência mediante manipulação de símbolos religiosos, uma vez que

¹⁸ DONNER, Herbert, *op. cit.*, p. 183.

o apoio na coerção e na força destruiria as relações mesmas de que dependia a elite governamental para sua riqueza e seu poder. A ideologia régia proporcionava justificação para o controle do poder e dos recursos estratégicos, proclamava que o direito do rei de governar era garantido pelas divindades do Estado. Frisavam-se fortemente os benefícios da paz, segurança e riqueza para a população do Estado que fluíam da posição do rei no esquema cósmico das coisas.¹⁹

O deus do faraó em hipótese alguma pode ser o Deus das parteiras (cf. Ex 1,15-22), bem como é praticamente impossível o diálogo entre essa autoridade e Moisés, pois os sinais e milagres feitos pelo Eterno aos olhos dos poderosos do Egito eram apenas truques e magia barata (cf. Ex 7). Os escravos e demais empobrecidos que viviam no Egito eram provas vivas, pelo menos para a religião do estado egípcio, de que, na luta entre os deuses, o faraó havia vencido e a verdadeira religião era aquela que assegurava a seus adeptos paz, segurança e riqueza. Rebelar-se contra a ideologia dominante é libertar-se de uma religiosidade alienante, e para tanto era preciso reconstruir por completo as noções relativas ao amor a deus, o poder e a glória divinos e o modo como o ser humano podia tornar-se um amigo ou protegido da divindade.

A condição de escravos, submetidos em seus corpos e também em seus deuses, serviu como elemento de unidade, pois, todos tinham no Egito o inimigo comum, a ameaça de ruptura de seus laços tribais e de tudo o que tinham de mais sagrado. A solidariedade entre os escravos foi o primeiro passo na resistência, pois, unidos na dor, vivenciavam a mesma esperança de um dia serem livres. É claro que nem todos os escravos partilhavam desta proposta, o que significou na prática a continuidade da escravidão no Egito, mesmo depois da fuga do grupo mosaico.

Romper o particularismo religioso, isto é, rever as práticas religiosas e seus rituais, bem como o “rosto” de Deus, foi certamente um dos maiores desafios para os escravos. Neste caminho foi fundamental a proibição do uso de imagens como representação do Deus supremo e único, pois estas poderiam remeter ao domínio de um grupo de escravos sobre os demais, além de possibilitar manipulações, inclusive por parte dos sacerdotes egípcios, pois, colocar uma imagem no Panteão em lugar inferior, equivalia a estabelecer efetivamente esta inferioridade.

O tetragrama nunca pronunciado, mas reconhecido como o nome do Altíssimo, foi outro instrumento poderoso na luta contra o Faraó e seus deuses. Sem um nome definido para a divindade, era possível que cada um dos grupos de escravos refletissem nela uma nova expressão do deus a que

¹⁹ WHITELAM, Keith W. “Realeza israelita. A ideologia régia e seus opositores”, p. 121.

originalmente estavam vinculados. Deste modo, o Santo e digno de louvor pode ser percebido em cada tradição como único e redentor daqueles que lhe prestam culto.

No contexto religioso da experiência tribal tinha grande importância o culto aos antepassados, pois neste se afirmava a própria identidade do grupo e se assegurava por meios de rituais sagrados, as condições adequadas à continuidade das famílias, a proteção diante dos perigos e crises. Quando os textos bíblicos apresentam Abraão e sua descendência: Isaac, Jacó/Israel e seus filhos, de fato nos colocam diante dos antepassados venerados em cada tribo.

As regras essenciais para a vida do grupo, quase sempre estão referidas a situações vividas pelos antepassados ou a costumes legitimados em mitos do conhecimento de todos. As situações novas são tratadas pelos mais velhos (homens e mulheres) e podem ser fruto de revelação em sonhos ou visões. Assim, surgem novas regras, que o conjunto tribal assume como sagradas e necessárias a vida do povo.

As leis não estão escritas, e quase sempre são transmitidas em rituais de renovação da vida: colheita, nascimento das crias dos animais *etc.* O calendário litúrgico é flexível e prevê momentos fortes de afirmação da identidade tribal: iniciação, casamentos, memória das batalhas, rituais fúnebres *etc.* É neste processo que se pode afirmar como expressão de empoderamento dos pobres as instituições tribais: a família extensa, o usufruto coletivo da terra – a propriedade era do Eterno –, a liderança constituída por anciãos e juízes escolhidos nas assembleias à porta da aldeia, santuários populares e um sacerdócio sem tributos ou templos, *etc.*

Quando uma tribo é submetida ao controle de uma cidade ou império, suas leis são ignoradas e seus deuses colocados em lugares inferiores do Panteão. Do mesmo modo que são tratados os escravos, serão tratados os deuses dos vencidos. Cabe à religião oficial do Estado o papel de assimilação dos vencidos, seja pela destruição dos altares e lugares santos de seus deuses, ou pela transferência dos atributos dos deuses vencidos para o deus do Estado.

É temendo esse risco que diversos textos bíblicos apresentam a monarquia, expressão política do estado tributário, de modo pejorativo e, também como uma recusa ao amor ao Eterno²⁰. Em Jz 9 somente o espí-

²⁰ Dois textos bíblicos, independente da época em que foram redigidos, sempre são lembrados quando se trata de indicar como as tribos viam com clareza a opressão presente no estado tributário esquematicamente representado pelo rei: a) o rei não pode multiplicar esposas, cavalos, prata e ouro pois isso leva o povo de volta ao Egito - Dt 17,14-17; b) Aos que pedem por um rei em Israel Samuel responde indicando uma ampla lista de direitos do monarca e os custos sociais, econômicos e religiosos que isso trará para as tribos – 1Sm 8,10-22.

nheiro aceitou ser rei e sua primeira exigência já trás sinais de morte para as tribos: “vinde e abrigai-vos debaixo da minha sombra. Mas se não, fogo sairá do espinheiro e consumirá os cedros do Líbano” (Jz 9,15).

Entretanto, não se pode afirmar que inexistiam contradições e limites na sociedade das tribos de Israel. Aos olhos de um observador de hoje fica evidente o patriarcalismo, o peso de tradições que limitavam as relações humanas, a precariedade de uma sociedade centrada na vida rural. A Bíblia também traz diversos textos que indicam a fragilidade e também a ruptura nas relações que a sociedade tribal buscou construir.

Uma leitura dos livros de Juizes e 1 e 2 Samuel mostra que ocorreram várias situações em que o sistema tribal foi colocado em xeque²¹, e para os redatores deuteronomistas, no tempo em que não havia reis, era impossível para Israel ter segurança e servir fielmente ao Altíssimo. Segundo Donner

de acordo com esse programa, a história de Israel entre a tomada da terra e a formação do Estado foi uma incessante alternância de altos e baixos, um constante retorno de tempos de apostasia de Javé, de castigo, de salvamento e de paz. Os israelitas faziam o que desagradava a Javé; adoravam os Baais, divindades da terra cultivada, e os deuses de outros povos, e com isso suscitavam a ira de Javé. O castigo vinha em seguida. Javé os entregava nas mãos de inimigos externos, que os assediavam, escravizavam e os ameaçavam em sua existência. Em consequência disso, os israelitas clamavam por auxílio a Javé, e ele, em sua longanimidade, se comiserava deles, despertando-lhes heróis, figuras de salvadores que conseguiam afastar o perigo e expulsar os inimigos. Após um período de paz, porém, a apostasia recomeçava, uma vez após a outra, e isso por todo o período até a formação do Estado.²²

Considerando-se os relatos bíblicos como uma fonte razoável de informação sobre o período que precede a implantação da monarquia em Israel, podemos afirmar que o perigo representado pelos filisteus era real, pois além de manejarem armas mais ‘modernas’, entre elas os carros de guerra, espadas, lanças, escudos e capacetes feitos de ferro, eles eram conhecidos por suas habilidades militares, pois eram soldados profissionais, enquanto que os exércitos tribais eram convocados somente para a defesa de seu território.

Há uma crise no sistema de solidariedade entre as tribos, e isto aparece claramente em Jz 19. As imagens são fortes, apresentam a falta

²¹ Cf. DE VAUX, Roland. *Instituciones del Antiguo Testamento*. Demonstra que é difícil pensar em termos de uma articulação tribal que fosse de fato eficiente, considerando-se os relatos escritos: “Contudo, os relatos do livro dos Juizes mostram a confederação de tribos sem órgãos governamentais e sem verdadeira eficácia política. Os membros formam um mesmo povo, participam do mesmo culto, porém não tem um chefe comum, e a tradição mais antiga não conhece nesta época nenhuma personalidade comparável com Moisés ou Josué” (tradução nossa), p. 141.

²² DONNER, Herbert, *op. cit.*, p. 181.

de respeito pelo sacerdote levita, que chega na aldeia e ninguém o acolhe ou se interessa por sua situação, a não ser um ancião. A situação se agrava com a chegada do grupo de “desordeiros”, “desocupados” que desafiam a autoridade do dono da casa e ameaçam destruir todos os princípios de hospedagem vigentes nas tribos. A expressão “conhecer” tem conotação sexual e se levada a cabo, tornaria o levita perpetuamente impuro – sem condições de exercer seu ministério, contudo, evita-se este ‘mal’ ao entregar a concubina do levita aos ‘desordeiros’.

A pesquisa bíblica atual não tem como saber até onde esse relato reproduz um acontecimento histórico. Entretanto, a intencionalidade dos redatores ao colocá-lo no final do livro dos Juízes é bem evidente no último versículo: “Naqueles dias não havia rei em Israel e cada um fazia o que parecia certo aos seus olhos” (Jz 21,25). Os redatores acreditavam que somente a figura política do rei e um estado monárquico poderiam dar estabilidade e assegurar a paz em Israel.

Considerações finais

Na história de Israel as tribos efetivamente significaram o nascimento de Israel enquanto povo e sociedade organizada. A passagem da condição de hebreu – estrangeiro no império egípcio – para israelita só se dá com a ‘entrada na terra’ e a implementação do sistema tribal como estrutura fundamental de uma nova sociedade em Canaã. Estes migrantes, antes explorados e marginalizados, agora constituem uma nação – Israel e, reduzem a mobilidade humana aos limites da continuidade do modo de vida existente em cada tribo. Em suas liturgias e leis de proteção ao estrangeiro estão registradas uma memória: “Meu pai era um arameu errante. Ele desceu ao Egito, onde viveu como migrante, com um pequeno número de pessoas que o acompanhavam” (Dt 26,5).

Atualmente é grande o debate em torno da historicidade das narrativas bíblicas e, portanto, se é válido academicamente usar estes textos como fonte histórica²³. Contudo foi em torno destas narrativas que boa parte da profecia e mesmo das tradições legais de Israel foram constituídas. A ‘história da salvação’ vai sendo tecida teologicamente em cada narrativa e a Aliança com o Eterno torna-se acontecimento libertador. De modo que o processo do êxodo do Egito, a entrada na terra prometida e o estabelecimento das tribos indicam resistências, articulações populares e efetivo estabelecimento de novas estruturas de poder e organização social.

²³ São representativos deste debate: LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia*. História antiga de Israel; FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil A, *op. cit.*

As reflexões, ainda que de modo sumário, em torno da organização social, econômica, política e religiosa do Israel tribal, partiram do protagonismo dos pobres na busca de reverter a alienação e as inúmeras formas de escravidão as quais estavam submetidos. Nos textos bíblicos esse empoderamento dos fracos é uma constante: o faraó foi derrotado por escravos, os reis cananeus viram suas cidades fortificadas serem destruídas (tal como Jericó - cf. Js 6), os filisteus foram incapazes de por fim às tribos.

Uma leitura mais detalhada dos textos em que se mencionam as tribos e o modo como elas se organizaram, indicará idas e vindas, acertos e erros, tal como acontece hoje em dia na construção de alternativas ao que predomina como modelo de sociedade e de desenvolvimento. Os textos não devem ser vistos como algo estático ou meramente como parte do passado, pois eles refletem um amplo processo teológico e uma longa trajetória de releituras feitas pelos fiéis do Eterno diante do desafio de viver fielmente a Aliança.

Certamente estas leituras podem nos ajudar no presente a pensar/ buscar estratégias para os caminhos de empoderamento que os pobres e excluídos do sistema neoliberal, bem como migrantes e refugiados, estão fazendo ao se recusarem a aceitar a imutabilidade das regras econômicas e políticas. Para os diversos grupos e pastorais que atuam junto às migrações e outros processos de mobilidade humana, o processo que culminou na organização das tribos de Israel oferece oportunidade de reflexão sobre os preconceitos e a precariedade que cercam os migrantes. E simultaneamente dar passos nas articulações e construção de instituições que possam assegurar-lhes dignidade e direitos fundamentais.

Mobilizados pelas experiências do passado e pautados pelos desafios do presente, caminhamos na direção oposta ao discurso único, pois este esconde divergências entre os poderosos, desmobiliza oposições e tende a apostar na morte da utopia. A inércia favorece a continuidade da 'desordem' atual e pode nos impedir de perceber que os modelos de desenvolvimento escondem o risco da morte do planeta e de tudo o que a humanidade construiu em sua história.

Boff ao refletir sobre a utopia de uma nova forma de vida humana e social indica a urgência de criação de uma biocivilização. Os fundamentos desta nova ordem, ressaltando-se a distância histórica e cultural, têm muito do que foi vivido na história das tribos de Israel:

- (1) um uso sustentável, responsável e solidário dos limitados recursos e serviços da natureza;
- (2) o valor de uso dos bens deve ter prioridade sobre seu valor de troca;
- (3) um controle democrático deve ser construído nas relações sociais, especialmente sobre os mercados especulativos;
- (4) o *ethos* mínimo

mundial deve nascer do intercâmbio multicultural, dando ênfase à ética do cuidado, da compaixão, da cooperação e da responsabilidade universal; (5) a espiritualidade, como expressão da singularidade humana e não como monopólio das religiões, deve ser incentivada como uma espécie de aura benfazeja que acompanha a trajetória humana, pois ancora o ser humano e a história numa dimensão para além do espaço e do tempo, conferindo sentido à nossa curta passagem por este pequeno planeta.²⁴

Bibliografia

- BALANCIN, Euclides M. *História do povo de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- BOFF, Leonardo. “A última trincheira: temos que mudar – economia e ecologia”, in BEOZZO, José Oscar; VOLANIN, Cremildo J. (orgs). *Alternativas à crise*. Por uma economia social e ecologicamente responsável. São Paulo: Cortez, 2009, p. 35-51.
- COMBLIN, José. “Os pobres como sujeito da história”, in *RIBLA - Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, Petrópolis, n. 3, 1989, p. 36-48.
- CRÜSEMANN, Frank. *Preservação da liberdade*. O decálogo numa perspectiva histórico-social. São Leopoldo: CEBI/Sinodal, 1995.
- CRUZ, Lília Dias Marianno Lima. “Planejar, agir, perpetuar. Excertos de Rute sobre a sobrevivência em tempos de crise”, in REIMER, Ivoni (org). *Economia no mundo bíblico*. Enfoques sociais, históricos e teológicos. São Leopoldo: CEBI/Sinodal, 2006, p. 33-50.
- DE VAUX, Roland. *Instituciones del Antiguo Testamento*. Volume 1. Barcelona: Herder, 1976.
- DONNER, Herbrt. *História de Israel e dos povos vizinhos*. Dos primórdios até a formação do estado. Vol. 1. Petrópolis: Vozes/Sinodal, 1997.
- DREHER, Carlos. A. “Resistência popular nos primórdios da monarquia israelita”, in *RIBLA - Revista de Interpretação Bíblica Latino-American*, Petrópolis, n. 32, 1999, p. 58-84.
- _____. *O livro de Juízes – um subsídio para a sua leitura*. Belo Horizonte: CEBI, 1995.
- _____. *A formação social do Israel pré-estatal*. Belo Horizonte: CEBI, 1992.
- FINKELSTEIN, Israel e SILBERMAN, Neil A. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa, 2003.
- LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia*. A história antiga de Israel. São Paulo: Paulus/Loyola, 2008.
- LÓPEZ, Rolando. “Redenção da terra e do povo”, in *RIBLA – Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis, n. 18, 1994, p. 35.
- MESTERS, Carlos. *Os dez mandamentos*. Ferramenta da comunidade. 11ª ed. São Paulo: Paulus, 2003.

²⁴ BOFF, Leonardo. “A última trincheira: temos que mudar – economia e ecologia”, p. 50.

- ROMANO, Jorge O. "Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza". Documento de apoio apresentado no International Workshop *Empowerment and Rights based approach in Fighting Poverty together*. 2002.
- SCHWANTES, Milton. *História de Israel: local e origens*. Vol 1. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- _____. *As monarquias no Antigo Israel*. Um roteiro de pesquisa histórica e arqueológica. São Leopoldo/São Paulo: CEBI/Paulinas, 2006.
- WESTERMANN, Claus. *Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- WINTERS, Alícia. "O Goel no Antigo Israel", in *RIBLA - Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, Petrópolis, n. 18, 1994, p. 17-26.
- WHITELAM, Keith W. "Realeza israelita. A ideologia régia e seus opositores", in CLEMENTS Ronald E. *O mundo do Antigo Israel*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 119-138.

Abstract

The Tribes of Israel: historical example of the empowerment of the marginalized ones

The biblical narratives, mentioning the period of the Tribes of Israel, show a broad historical length, when the poor refused to continue submissive to the Egyptian empire and to its regional operators – the kings of the Land of Canaan. For almost 200 years the tribes resisted to the tributary State and to the diverse social, economic, religious and political mechanisms that supported it. It was accomplished due to a wide empowerment experience, expressed at the many effective institutions in the Tribes of Israel. This memory can inspire our pursuit for a different, possible and necessary world.

Keywords: *Empowerment; Tribalism; Israel history*

*Received for publication in October 6th, 2009.
Accepted for publication in October 13th, 2009.*

*Recebido para publicação em 06/10/2009.
Aceito para publicação em 13/10/09.*